



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639264 - ES (2021/0005957-9)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : KAMYLO COSTA LOUREIRO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : EDUARDO SANTOS SARLO - ES011096  
KAMYLO COSTA LOUREIRO - ES012873  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : MILTON ANTUNES  
**CORRÉU** : FABIO MARCELINO GONCALVES  
**CORRÉU** : THIFANY FERMINO DE ALMEIDA  
**CORRÉU** : FABRICIO MACIEL HAMMER  
**CORRÉU** : SHAYENE DA COSTA DEAMBROSIO  
**CORRÉU** : PATRIK GONCALVES BORGES  
**CORRÉU** : YAGO DE SOUZA MILITAO  
**CORRÉU** : GABRIEL VERICIO TEIXEIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MILTON ANTUNES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (Revisão Criminal n. 0017660-13.2020.8.08.0000).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos de reclusão em regime semiaberto, como incurso no art. 35, *caput*, c/c o art. 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Os impetrantes sustentam que o sentenciado faz jus ao cumprimento de pena em regime domiciliar, uma vez que integraria o grupo de risco por estar com 54 anos e ser portador de hipertensão grau III.

Requerem, liminarmente, que o paciente inicie o seu cumprimento da pena em regime domiciliar. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, os impetrantes não juntaram a cópia do acórdão da revisão criminal proferido em 18/12/2020, conforme informações obtidas pelo *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ademais, colhe-se da decisão colacionada às fls 147-152, a seguinte fundamentação exposta pelo Desembargador plantonista no que diz respeito ao pleito de prisão domiciliar (fls. 150-152):

Com relação a tese de estar no grupo de risco, como se sabe, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em sua Recomendação 62/2020, estabeleceu que “a manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade é essencial à garantia da saúde coletiva e um cenário de contaminação em grande escala nos sistemas prisional e socioeducativo produz impactos significativos para a segurança e a saúde pública de toda a população, extrapolando os limites internos dos estabelecimentos”. É importante evidenciar que a Recomendação nº 62/2020 do CNJ trata de orientação, não possuindo caráter vinculante, de forma que a simples inobservância não acarreta o alegado constrangimento ilegal. Com efeito, trata-se de uma recomendação de caráter geral, indicando ainda que a situação deverá ser reavaliada pelos magistrados de primeiro grau, tendo como prioridade os grupos descritos nos incisos do art. 5º. Contudo, no caso vertente, não há demonstração da gravidade da possível enfermidade, bem como a possibilidade de agravamento da doença ou de seu estado de saúde, conforme preceitua o art. 1º, parágrafo único, da recomendação. Da mesma forma, não há que se falar em prisão domiciliar, já que tal requerimento não se subsume a quaisquer das hipóteses previstas no art. 621 do CPP, sendo a matéria afeta ao Juízo da Execução Penal, competente para análise do benefício requerido, bem como para a aferição de seus requisitos objetivos e subjetivos, a teor da A29 A29 HC 639264 2021/0005957-9 Documento Página 2 jurisprudência deste Egrégio Tribunal, senão vejamos:

[...]

Por conseguinte, não havendo demonstração de qualquer ilegalidade manifesta relacionada às situações do art. 621 do diploma processual penal, não há como ser deferida a tutela de urgência pleiteada. Assim, concluo que, ao menos neste momento cognitivo, não se mostra prudente a concessão da medida liminar pleiteada, o que não impede, por evidência, que o pedido em questão seja reanalisado com maior profundidade durante o expediente regular neste e. Tribunal de Justiça. Por tais considerações, INDEFIRO o pedido liminar.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão proferido na Revisão Criminal n. 0017660-13.2020.8.08.0000.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente